

2005_09_16

Energia & Mercados

Mercado aponta riscos

Geradores alertam para o risco de déficit de energia a partir de 2009, mas o governo reafirma que série de leilões garantirá o suprimento.

Agentes do setor elétrico reunidos em dois grandes eventos setoriais, no início de agosto, repetiram várias vezes que o cronômetro está rodando contra o abastecimento elétrico, alertando que toda a folga de oferta de energia hoje existente está sendo reduzida dia-a-dia. Não há uma solução clara para o suprimento de energia a partir de 2009 e 2010, dizem. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, não concorda e em um dos ventos rebateu as previsões de desequilíbrio entre oferta e demanda, com aumento do risco de déficit de energia. "O modelo do setor elétrico prevê uma série de leilões que permitirão assegurar a oferta seja em 2010 ou em 2009", afirmou Tolmasquim, antecipando também algumas propostas de regras para o leilão de energia nova, relacionadas às termelétricas.

Segundo Tolmasquim, todas as simulações indicam necessidades ainda não asseguradas em 2010 e não 2009, mas o leilão de energia nova vai justamente cumprir esse papel. "Não é para ter tanta sobre-oferta. O setor já reclamou muito isso em 2004. A energia necessária em 2010 terá que ser gerada lá na frente. Por isso, realizamos os leilões para os cinco anos seguintes", ressaltou Tolmasquim, reforçando que "a situação é de normalidade".

O leilão de energia nova é o maior teste do novo modelo porque determinará a expansão da energia assegurada, com base em novas regras para o segmento de geração. A mudança é grande, já que o modelo se baseia nas negociações por meio do sistema de pool, no qual as empresas geradoras e distribuidoras não mais negociam bilateralmente, mas sim via o agrupamento da oferta e demanda. Além disso, aboliu a outorga da concessão para exploração de usinas hidrelétricas para o investidor que ofereça o maior preço. Ao contrário, o novo modelo determina a contratação da energia a ser gerada pelo empreendimento junto ao investidor que oferecer o menor preço para a sua produção. Porém, como os agentes do setor ainda desconhecem os detalhes do leilão, ninguém arrisca previsões. Os resultados são considerados uma verdadeira incógnita, inclusive para representantes do governo.

Contrato por disponibilidade

O leilão de energia nova, programado para dezembro e voltado para o suprimento da expansão do consumo a partir de 2008, incluirá além de novos projetos de hidrelétricas, a energia das termelétricas. Neste caso, a idéia do Ministério de Minas e Energia (MME) é realizar o leilão de forma separada, na modalidade de contrato por disponibilidade. Para as hidrelétricas, o contrato será por quantidade. O objetivo do governo é dar maior competitividade às térmicas no leilão, destacou Tolmasquim. A proposta prevê a fixação pelo gerador de custos fixos da operação, que lhe garantiria uma receita anual básica, sem *hedge*. Também seria determinado um custo variável para o combustível, a partir do grau de flexibilidade do contrato *take or pay*. Segundo o presidente da EPE, o contrato por disponibilidade evita que o gerador carregue na tarifa um valor mais alto do que o necessário, em função de previsões de risco hidrológico descoladas da realidade. Um "índice de custo-benefício" será criado para apuração dos projetos mais eficientes e levará em conta o grau de inflexibilidade da usina, conforme o *take ar pay* dos seus contratos de suprimento de gás; os custos de ligação da energia no sistema e a receita fixa total pleiteada pelo investidor no empreendimento.

Embora o contrato de disponibilidade seja bem aceito por agentes do setor, o presidente da Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Luiz Fernando Leone Vianna, desaprovou a idéia de separação dos leilões de hidrelétricas e térmicas. "A segregação do mercado é perigosa, compromete a busca pelo equilíbrio para que possa haver competição entre as fontes térmicas e hidráulicas", afirmou. Já o presidente da Associação Brasileira das Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, ao comentar a proposta ressaltou a preocupação do segmento em relação ao abastecimento do gás natural daqui a três anos. "Para

entrar no leilão, o investidor tem que apresentar o contrato de gás e muito poucas térmicas conseguirão esse contrato", disse.

Energia existente

Os leilões de energia existente que ocorrerão ainda este ano já não criam tantas expectativas no setor. Estão previstos dois leilões de energia existente este ano. Segundo divulgou a Aneel, o texto preliminar do edital prevê, para o primeiro leilão, a oferta de energia em contratos de três anos, com suprimento de janeiro de 2006 a dezembro de 2008. No outro, serão ofertados lotes com contratos de oito anos e suprimento de janeiro de 2009 a dezembro de 2016. Em ambos os casos, serão leiloados lotes de 1,0MW médio cada. Os preços iniciais de cada lote deverão ser inseridos no sistema diretamente pelo MME. Como vendedores, poderão participar concessionárias, permissionárias ou autorizadas de geração, assim como importadores e comercializadores. Os compradores serão as concessionárias de distribuição, informou a Aneel.

Os termos do edital e do Contrato de Compra e Venda de Energia em Ambiente regulado (CCEAR) propostos para os próximos leilões de energia de empreendimentos existentes são os mesmos estabelecidos no primeiro e no segundo leilões, realizados em dezembro de 2004 e abril de 2005. Também está programado o primeiro leilão de ajuste do novo modelo - este já com data marcada para dia 31 de agosto, via Internet. Neste caso, as distribuidoras farão ofertas de compra de lotes de energia de 0,5 MW médio cada, para o período de 10 de outubro a 31 de dezembro deste ano. O objetivo é apenas complementar a carga das distribuidoras. Tanto o leilão de ajuste como os de energia existente serão executados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sob coordenação da Aneel.

Nordeste exige obras

O presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mario Santos, considera que há um aumento do risco de déficit de energia no Nordeste a partir de 2009, mas que o governo monitora obras preventivas para evitar problemas. "Não é nada que com quatro anos de antecedência não se possa resolver", afirmou, referindo-se à duplicação de algumas linhas de transmissão a construção de gasoduto e a conversão de térmicos em bicomustíveis, para que possam ser despachadas caso os reservatórios baixem, mesmo sem suprimento de gás. A Petrobras investirá entre US\$ 150 milhões a US\$ 200 milhões para a conversão de oito usinas térmicas em bicomustíveis até janeiro de 2007, segundo presidente da companhia, José Sérgio Gabrielli. Mas essas usinas não funcionariam com óleo diesel o tempo todo, pois seria inviável economicamente.

No Nordeste, o empresário tem o controle total de duas termelétricas instaladas (Fafen e Termo Ceará) participações de 29% e 46% no Termobahia e Termo açur, respectivamente. No total, hoje a Petrobras detém a participação em 10 usinas.

Gabrielli também ressaltou que o projeto do Gasoduto Sudeste-Nordeste será mantido pela estatal. "O trecho Cacimbas-Vitória encontra-se em construção e a Sinopec já realiza a licitação do trecho seguinte", afirmou.

Alguns analistas consideram que poderá haver um déficit de até 30 milhões de Metros cúbicos diários de gás natural no mercado brasileiro em 2007.

Investidores querem "equalização"

No leilão de energia nova, previsto para ser realizado em dezembro, também poderão ser incluídos empreendimentos cujos projetos já tiveram a concessão outorgada ainda pelo modelo antigo, mas a construção não foi iniciada. A habilitação desses projetos para o leilão de dezembro, chamados pelo mercado de energia botox porque não é exatamente energia nova, será importante para o sucesso do leilão, na avaliação do presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales.**

Para participarem do leilão, os investidores privados que já detêm as concessões de uso de bem público (UBP) para construção de hidrelétricas e esperam pela definição do critério de equalização entre os candidatos que já pagaram pela concessão e que aqueles que vão entrar no leilão sem custos com concessão. "É indispensável que quem já pagou para ter a concessão pelo modelo antigo possa diferir esse pagamento por 12 anos pelo menos, que é o período mínimo para a amortização do investimento" ressalta o presidente da **CBIEE.**

Como a disputa no leilão se dará pelo critério da menor tarifa, a equalização das condições entre os investidores é essencial para estimular a participação de quem já está como projeto mais avançado para iniciar a sua implementação, segundo Sales. Ele explicou que o empreendedor que ganhar pela menor tarifa no leilão da energia botox poderá somar o que pagou pela concessão da tarifa proposta para pagamento pela distribuidora. Porém esse valor seria limitado ao preço máximo definido no leilão. Então a reivindicação é que o excedente desse limite seja diferido em 12anos.

O assunto foi levado pela CBIEE ao ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que teria se sensibilizado para a questão, conforme informa Sales. Mas, além do Executivo, entidades do setor também tratam de convencer o Legislativo. "Há emendas propostas por parlamentares à MP do Bem que contemplam uma forma de resolver essa questão", afirma o presidente da CBIEE.

A energia chamada de "botox"(porque embora não seja nova ainda não foi comercializada e poderá participar do leilão de energia nova) pode compensar o menor volume de energia nova de usinas hidrelétrica que o governo previa ofertar, mas que dificilmente será atingido em razão de entraves no licenciamento ambiental.